

SOCIOLOGIA DOS DESASTRES

CONSTRUÇÃO, INTERFACES E
PERSPECTIVAS NO BRASIL

VOLUME III



RiMa

© 2012 dos autores

Direitos reservados desta edição

RiMa Editora

Arte da capa

Arthur Valencio

S681s Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil – volume III /organizado por Norma Valencio – São Carlos : RiMa Editora, 2012.

350 p. il.

ISBN – 978-85-7656-255-9

1. Sociologia dos desastres. 2. Vulnerabilidade. 3 Defesa civil.
4. Mudanças climáticas. I. título. II. autor

CDD 303.4

COMISSÃO EDITORIAL

Dirlene Ribeiro Martins

Paulo de Tarso Martins

Carlos Eduardo M. Bicudo (Instituto de Botânica - SP)

Evaldo L. G. Espíndola (USP - SP)

João Batista Martins (UEL - PR)

José Eduardo dos Santos (UFSCar - SP)

Michèle Sato (UFMT - MT)

RiMa

www.rimaeditora.com.br

Rua Virgílio Pozzi, 213 – Santa Paula

13564-040 – São Carlos, SP

Fone/Fax: (16) 3411-1729

CAPÍTULO VII

O CORPO COMO MEDIDA DE UMA VIDA DILUÍDA: O CASO DE RORAIMA

Norma Valencio

INTRODUÇÃO

Em junho de 2011, adentrando a Roraima pelos céus, e abaixo das grossas nuvens, via-se um impressionante misto de extensas áreas verdejantes e áreas alagadas. Águas infindas se sobrepunham sorrateiramente às rodovias, fazendo, por assim dizer, pouco caso da importância social dessa infraestrutura para o tipo de progresso que, sedento por asfalto, chegava naquela porção da Amazônia brasileira: aquele território lhes pertencia e por isso inundava-o por quilômetros a fio. Um trecho do pavimento, aqui ou acolá, ficava a seco. Mas, com o restante do asfalto mergulhado, o fluxo viário permanecia obstruído, com um punhado de motoristas fora de seus veículos, e se entendiam como reféns da situação, esperando o imprevisto de embarcações para resgatá-los.

Quem vinha de outras unidades da federação para a capital, Boa Vista – muitos desses, pessoas humildes, retornando de comprinhas ou de visita aos familiares no Amazonas e redondezas – era logo alertado pelos meios de comunicação: o ônibus mal ajambrado de costume não venceria àqueles percalços. Sem dinheiro para bancar a aquisição de um trecho aéreo, caro para as suas modestas economias, muitos ficaram longe de casa, de imprevisto, no terreno alheio, dormindo em rodoviárias, “se virando”, conforme vocalizam sem graça e com a feição aflita à espera de notícias de que as águas, por fim, baixaram.

Outros milhares de pessoas seguiam isolados pelas águas em vários municípios por todo o estado de Roraima, tanto em comunidades indígenas, como nas periferias urbanas e na zona rural. As chuvas intensas e

Apoio: MCT/CNPq.

Agradeço ao Corpo de Bombeiros Militar de Roraima as informações prestadas acerca de ações de Defesa Civil.

esparramadas estavam, como em outras ocasiões, bem acima da capacidade operativa dos órgãos envolvidos nas providências de reabilitação dos grupos sociais afetados. Infelizmente, a interrupção da vida cotidiana desses grupos, com a concretização de perdas e danos, era apenas mais um caso que ilustrava uma forma típica de atuação do Estado diante a sociedade, nos três níveis de governo: espera-se que algo de muito ruim, grave e inadmissível aconteça num dado meio social para que, então, alguma providência mais incisiva seja tomada. E, mesmo que tal providência se caracterize pela grandeza da escala e com muita repercussão midiática, está, no geral, abaixo do patamar que é requerido por aqueles que foram mais seriamente prejudicados nos acontecimentos. As insistentes rajadas de ar quente e úmido que me batiam a face ao descer do avião serviam para lembrar que mais águas seriam derrubadas dos céus ao longo daqueles dias e que, tão cedo, a terra de lavrar, as ruas de trafegar e as moradias nos baixios ficariam indisponíveis para um cotidiano tido como ‘normal’ naquelas terras do extremo Norte do país.

Nesse texto, tenciono apresentar alguns flagrantes desse processo de vulnerabilização dos grupos em corrente desvantagem social em Roraima, a partir de informações documentais e de campo. Através das mesmas, suscitar uma reflexão sociológica acerca das distinções entre a forma como o problema dos desastres relacionados às chuvas é concebido e enfrentado pelas autoridades locais e a forma como o mesmo é vivido pelos setores mais fragilizados da sociedade.

PANORAMA SOCIOAMBIENTAL E OS DESASTRES RECENTES

Até bem pouco tempo, Roraima constituía um dos territórios federais brasileiros ao lado de Rondônia, Amapá e do Acre. No ano de 1988, com a nova Constituição brasileira, elevou-se à categoria estadual, conferindo-lhe mais autonomia em termos governativos.

Segundo o Censo Demográfico do ano de 2010, a população total do estado de Roraima é de 450.479 habitantes, equivalendo a 115.844 domicílios. Desta população 49.637 é indígena, distribuídas em 2.551 ocas ou malocas assim como em aglomerados subnormais (85 pessoas), área urbana (5.983 pessoas) e área rural (2.465 pessoas). Os indígenas em Roraima são de diferentes etnias, dentre as quais se destacam as *yanomami*, *macuxi*, *ingariçô*, *patamona*, *waimiri-atroari*, *waiwai*, *taurepang* e *wapixana*.

Tal como ocorre em toda a Amazônia brasileira, Roraima tem sido palco de significativas tensões socioespaciais envolvendo povos indígenas e grupos migrantes de grandes produtores voltados para a rizicultura. Os primeiros sofrem um bombardeamento de visões preconceituosas em re-

lação aos seus direitos territoriais, as quais se disseminam pelo imaginário social para legitimar o projeto de modernização representado pelos últimos. Um dos episódios mais recentes, no âmbito de tais tensões, foi o que ensejou, por parte do Supremo Tribunal Federal (STF), a homologação em área contínua da Terra Indígena Raposa do Sol, episódio que levou à expulsão dos rizicultores que, ao longo de vários anos, inseriam-se naquele território e ganharam grande influência política estadual.

É pertinente trazer as considerações de Cunha (1994, p.25) sobre a importância que os indígenas tiveram nas questões geopolíticas, desde os tempos coloniais, para consolidar fronteiras, incluindo o caso do ora denominado estado de Roraima:

Alguns grupos [indígenas] apenas foram mantidos nos seus lugares de origem para que atestassem e defendessem os limites da colonização portuguesa: foram eles os responsáveis pelas fronteiras atuais da Amazônia em suas regiões. E o caso dos Macuxi e Wapixana, na Roraima atual, chamados no século XVIII de *muralhas do sertão*. O Barão de Rio Branco e Joaquim Nabuco fundamentaram na presença destes povos e nas suas relações com os portugueses a reivindicação brasileira na disputa de limites com a então Guiana inglesa, no início deste século. E há quem venha agora dizer que os Macuxi se instalaram apenas recentemente na área Raposa-Serra do Sol! Do ponto de vista da justiça histórica, é chocante hoje se contestar a conveniência de grupos indígenas povoarem as fronteiras amazônicas que eles ajudaram a consolidar.

Uma década e meia após tais considerações, de Cunha, o direito dos povos indígenas em relação à sua territorialidade na Raposa-Serra do Sol ainda seguia aviltado pelos grandes fazendeiros e pelos meios de comunicação que aderiam à causa desses, banalizando as formas intrusivas no território indígena. Na imprensa escrita e outras, matérias jornalísticas imprimiam adesão ao olhar *etnofóbico*.

A decisão do STF foi um duro golpe no processo de naturalização das práticas econômicas expansionistas dos grupos sociais modernizadores que, na agropecuária quanto no setor de energia e mineral, adentraram celereamente na Amazônia brasileira nas últimas décadas e impuseram uma reconfiguração territorial em nome de um vago 'interesse nacional'. Para os povos da floresta, a decisão foi celebrada, dentre outros, por sinalizar que os lugares não são descartáveis; ao contrário, ser e estar tornam-se binômios. As identidades acionadas por estes referem-se à memória coletiva de uma relação dinâmica entre os elementos naturais e as funções sociais do espaço, legado não facilmente substituível por compensações

monetárias. Lembra-nos Cunha (1994, p.121) que “*pode-se entender a identidade como sendo simplesmente a percepção de uma continuidade, de um processo, de um fluxo, em suma, uma memória*” razão pela qual “*os traços culturais tornam-se assim no mínimo bissêmicos: um primeiro sentido prende-se ao sistema interno, um segundo sistema externo*” (p.122).

Contudo, novos golpes contra a política de demarcação de terras indígenas, com conseqüente solapamento da legitimidade da precedência de seu uso para as práticas rituais e de reprodução social, voltam a ferir a autodeterminação do grupo. O olhar unidirecional do crescimento econômico concentracionista torna a ter força política para desorganizar e desconsiderar o sistema de objetos e o ambiente que respaldam a dignidade dos povos indígenas assim como a de demais povos tradicionais. Tais injunções sociopolíticas repercutem não apenas numa degradação dos processos identitários, numa descontinuidade arbitrária das possibilidades de entendimento de si no mundo, mas num novo colonialismo, mais impiedoso, que incide em pressões para a mobilidade sociespacial desses povos. Os impele a se pulverizar e se reterritorializar em periferias urbanas a que o ente público, retardando providências de infraestrutura e demais serviços, torna a denominar como sendo a territorialidade dos ‘problemáticos’. Assim, retornando a Cunha (1994, p. 125) “*As populações indígenas encontram-se hoje onde a predação e a espoliação permitiu que ficassem*”.

Os desastres relacionados às queimadas e às chuvas participam do processo de incorporação de novos espaços geográficos para a acumulação capitalista. São acontecimentos que, embora trágicos, e por causa disso, desfazem os meios de vida que grupos fragilizados detêm e facilitam o seu descolamento dos territórios que não condizem com a ideia de lugar pautada pela afluência econômica.

No período 2003-2010, a evolução das ocorrências de desastre em Roraima – na forma de situação de emergência (SE) ou estado de calamidade pública (ECP) – aludia aos danos e prejuízos decorrentes tanto da impossibilidade de contenção das queimadas quanto das enchentes, nas áreas urbanas, rurais e indígenas.

No ano de 2003, o estado de Roraima apresentou desastres intensos, na forma de estado de calamidade pública (ECP), relacionados a incêndios florestais, abarcando os municípios de Paracaima, Alto Alegre, Cantá, Iracema, Mucajá e Caracarái. Em 2004, houve desastre relacionado a inundações em Uiramutã. Em 2006, as enchentes deram o tom dos desastres em cinco municípios, a saber: Uiramutã, Normandia, Cantá, Bonfim, Amaraji. Duas grandes enchentes marcaram a situação de emergência, em 2007, em Roraima, a saber, nos municípios de Caroebe e

Caracarái. Em 2009, foram seis as situações de emergência (SE), relacionadas à estiagem e compreendendo, respectivamente, os municípios de Caroebe, Rorainópolis, São João da Baliza, São Luiz do Anauá, Bonfim e Cantá. Na primeira metade do ano de 2010, até abril, as situações de emergência relacionaram-se à estiagem, envolvendo nove decretos municipais e, a partir do mês de maio do referido ano, foram outros nove decretos, compreendendo, respectivamente, contextos de alagamento (01 decreto), enxurradas (07 decretos) e vendaval (01 decreto).

Em meados do ano de 2011, uma nova onda de situações tidas como calamitosas (ECP), relacionadas às chuvas intensas, se alastrou num decreto estadual abrangendo quinze municípios, a saber: Alto Alegre, Amajari, Boa Vista, Bonfim, Cantá, Caracarái, Caroebe, Iracema, Mucajaí, Normandia, Pacaraima, Rorainópolis, São João da Baliza, São Luiz do Anauá e Uiramutã.

Os habitantes, da capital e do interior, clamaram simultaneamente por sua reabilitação – abrigo, alimentação, água potável, colchões e outros itens –, uma vez que as escassas medidas de preparação não lhes tinham alcançado.

Uma vez que as perdas concretizavam-se, mas evidente ficou a incapacidade das autoridades, municipais e estaduais, para prover os requerimentos de reabilitação e, então, solicitaram apoio da esfera nacional que, visando dar celeridade para a feitura de projetos e liberações de recursos, mas reforçava uma concepção de desastre na qual os afetados eram alijados das decisões; isto é, o olhar desses permanecia prescindível na construção do problema e nas soluções adotadas, cabendo-lhes unicamente cumprirem o papel de vítimas.

Segundo os registros do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima, cumprindo as funções da defesa civil estadual, a população em risco alimentar – decorrente do isolamento da localidade pelas cheias e da perda da agricultura de subsistência – era de mais de trinta mil pessoas, pouco mais do que seis mil famílias.

No Quadro I, a seguir, é possível visualizar alguns contornos demográficos da calamidade: na capital, aproximadamente 600 pessoas foram afetadas, correspondendo a 119 famílias, parte das quais, indígenas, o que implicava num coletivo que, em termos socioculturais, demandava soluções diferenciadas das que o meio técnico era treinado para adotar nos manuais de defesa civil. Nos demais municípios, o contexto era igualmente desafiador. Normandia e Bonfim foram os municípios que apresentaram as situações socialmente mais dramáticas em termos do quantitativo de pessoas diretamente afetadas com, respectivamente, 7.300 pessoas/1.460 famílias e 5.810 pessoas/1162 famílias em risco alimentar devido o

isolamento ou perda da produção de autoconsumo. Não menos dramático foi a situação de Rorainópolis e Caracaraí, onde, respectivamente, 4.500 pessoas/900 famílias e 3.500 pessoas/700 famílias ficaram sob o mesmo tipo de risco, envolvendo o comprometimento crítico dos seus mínimos vitais.

Quadro 1 População em risco alimentar devido o isolamento de localidade ou perda da agricultura de subsistência (*status* 21/6/12) e proporção em relação ao total da população.

Município	Número de famílias	Número de pessoas	Observações
Caracaraí-Baixo Rio Branco	700	3.500	
Boa Vista	119	595	ÁREA INDÍGENA
Rorainópolis	900	4.500	
Normandia	1.460	7.300	
Amajari	543	2.715	
Uiramutã	390	1.978	
Alto Alegre	796	3.975	
Bonfim	1.162	5.810	
TOTAL	6.070	30.373	

Fonte: Corpo de Bombeiros Militar de Roraima.

O isolamento implicava a perda de garantia dos mínimos vitais coletivos não apenas porque as cheias destruíam a produção, mas porque suprimiam o ritmo dos fluxos econômicos e extra-econômicos cotidianos onde as alternativas de abastecimento poderiam ter sido eventualmente buscadas. Essa debilitação foi do acesso aos grãos à água potável.

Ademais, no meio urbano e rural, as enchentes traziam mais do que águas para dentro das moradias, estabelecimentos comerciais e públicos: em meio a elas, a lama, os animais peçonhentos, os dejetos orgânicos e demais resíduos multiplicavam os riscos à saúde – indo de doenças de veiculação hídrica aos ataques de cobras, além de ferimentos provocados por objetos cortantes e buracos ocultados sob a água opaca –, sem que as medidas de higienização, sobretudo das localidades mais empobrecidas, fossem tomadas.

Um bairro da capital, em particular, denominado Francisco Caetano Filho, às margens do rio Branco e integrado ao centro da cidade, era visto pelo meio técnico governamental como um caso de difícil enfrentamento. Misturava-se um julgamento moral sobre os moradores, tendo-os como incorrigíveis; a sua condição social, tida como irremediavelmente deplorável, entre pobre e miserável; por fim, a naturalização como a coletânea de desastres parecia predispor tal comunidade. A solução era desmanchá-la, o que se fazia não apenas evitando melhorias no lugar mas, através disso, convencendo as famílias a tomarem um rumo na direção das novas periferias, em local mais afastado e nas porções mais altas da cidade, em especial, no afastado bairro dos Estados, próximo ao aeroporto, onde projetos habitacionais de interesse social teriam início (Foto 1).



Foto 1 Mapa da cidade situa a distância entre o bairro Francisco Caetano Filho e o dos Estados, em direções opostas em relação ao centro urbano (N. Valencio, 2011).

Ocorre que a dita região do baixio, visto como naturalmente sujeito às cheias e insalubre, é também vizinha às obras de infraestrutura que revitalizaram o centro histórico, com novos apelos culturais, ao turismo e ao entretenimento. A vista do local, tanto para o restante da cidade, quanto para o rio Branco, é aprazível e concentra ao redor a ‘boa gente’ da sociedade. Enfim, a localidade que as autoridades anseiam por ver desocupada, por entendê-la como ‘área de risco’ – e em conflito com o desejo de permanência dos moradores –, é propensa a ser integrada à porção dinâmica da paisagem urbana, remetendo ao processo de valorização imobiliária e a atração de um novo fluxo de investimentos, compatíveis com a face moderna e afluyente de Boa Vista.

O DESASTRE COMO UMA RELAÇÃO ENTRE O CORPO E O LUGAR

Naquela temporada chuvosa, em todo o estado de Roraima havia 769 pessoas desabrigadas, distribuídas em 136 famílias. Dessas, 541 pessoas/98 famílias eram do município de Caracará e outras 120 pessoas/27 famílias residentes na capital. O restante dos desabrigados era composto por moradores dos municípios de Bonfim e Iracema (Quadro 02).

Quadro 2 Desabrigados no Estado de Roraima (*status* de 21/6/2011).

Municípios	Número de famílias	Número de pessoas
Boa Vista	27	120
Bonfim	11	46
Caracará	98	541
Iracema	*(-)	62
Total Geral	136	769

*(-) sem informação

Fonte: Corpo de Bombeiros Militar de Roraima.

Em Boa Vista, abrigos provisórios foram montados em dois diferentes ginásios de esportes na periferia urbana, denominados, respectivamente, de Tancredo Neves e Ulisses Guimarães, ambos num bairro afastado daquele de onde a maioria dos abrigados provinha. Pouco mais da metade das 120 pessoas abrigadas era composta por menores de idade (= 68 pessoas), isto é, tratava-se de crianças e adolescentes. Ações de recreação foram promovidas dentro dos abrigos (Foto 02), mas o fato é que essas crianças e adolescentes estavam fora de seu espaço de moradia e distan-

tes do local de sua escola. Para muitas daquelas famílias – cuja moradia era precária em termos construtivos, circunscrita em local de infraestrutura débil e frequentemente afetada pelas cheias – recorrer a abrigos provisórios montados pela prefeitura municipal era algo frequente, ali se sujeitando a ficar por várias semanas e, por vezes, durante meses inteiros, ao longo da temporada das chuvas. Essa prática corrente incutia, no conjunto de seus membros e, em especial, nas crianças e adolescentes, desde a tenra idade, a naturalização de viver no *reino da necessidade* (cf. ARENDT, 2010) e do amparo do Estado para acessar o provimento mais básico.



Foto 2 Crianças sendo entretidas por agentes municipais (N. Valencio, 2011).

A estrutura de autoridade familiar estava subordinada aos técnicos municipais. Esses eram os que distribuíram, conforme o número de famílias que acorreram ao abrigo, as frações do território coletivo para que fizessem o papel da moradia. Um reduzido conjunto de objetos de uso imediato cabia nessas frações; outros ficavam do lado de fora. Priorizavam-se as funções do território fracionado como um espaço de dormir.

Ao adentrar num desses abrigos provisórios, vê-se as funcionalidades típicas da moradia – como espaço onde os membros da família realizam suas práticas da vida privada – tornarem-se públicas e exigindo, ao invés do *habitus* (cf. BOURDIEU, 2004), um regramento exógeno consoante com a vigilância igualmente alheia. Famílias de tamanhos distintos, predominantemente das *etnias* indígenas locais, eram distribuídas no ginásio de modo a ocupar

uma fração pequena, porém, similar do espaço disponibilizado. Cada família era identificada por um cubículo, cuja fronteira era formada por lençóis, constituindo apenas uma barreira simbólica para a privacidade de cada uma; pois estavam, na verdade, expostas, frente a elas mesmas, aos técnicos que ali trabalhavam e às demais pessoas que ali circulavam (Foto 03). Com as frágeis barreiras de lençóis e esse trânsito público de pessoas, a segurança em relação aos poucos bens de valor econômico ou sentimental inexistia. A vida íntima de casais restou prejudicada e ademais, sem qualquer divisão interna no interior dos cubículos, não havia como resguardar minimamente a privacidade dos membros de uma mesma família.



Foto 3 Frente ao amplo ginásio, os cubículos onde as famílias reproduziam o espaço da casa (N. Valencio, 2011).

As refeições eram preparadas numa cozinha coletiva e as mesas postas à frente da mesma, num refeitório improvisado, visto como o local apropriado para que, aqueles que se servissem, pudessem comer comunitariamente (Foto 04). Também ali ficava o bebedouro, onde a sede era saciada. Banheiros, próximos à cozinha, também eram de uso coletivo, feminino de um lado, masculino de outro.

O local de lavar e estender as roupas, disputado entre as mulheres. Uma vez secas, ou prestes a secar, as roupas no geral não contavam com um lugar próprio para serem guardadas e eram, então, penduradas em meio aos lençóis, ali reforçando, ambigualmente, a exposição dos objetos associados diretamente ao corpo e a barreira simbólica para que este não fosse visto (Foto 5).



Foto 4 Refeitório improvisado, próximo às instalações da cozinha (N. Valencio, 2011).



Foto 5 Roupa dependurada (N. Valencio, 2011).

No meio da manhã, os varais, inúmeros e cheios de roupa dependurada, nas raras horas em que o sol aparecia ou em que, pelo menos, não chovia, dava mostras do quão ocupadas estiveram as mulheres desde cedinho, na tarefa da lavagem e na disputa por esses espaços externos de secagem, sobretudo, daqueles protegidos por uma minúscula cobertura (Fotos 06). O mato alto, ao redor do ginásio e em meio aos varais, trazia insegurança à tarefa doméstica ali reproduzida, além do desassossego às mães, com receio de ataques de cobras e escorpiões às crianças que ali também brincavam.

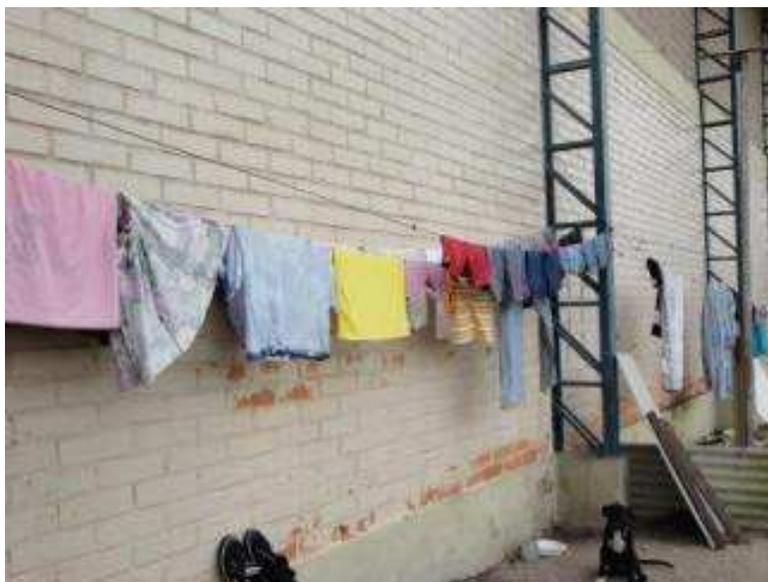


Foto 6 Varal protegido da chuva? (N. Valencio, 2011).

Dona S., indígena, falou de sua vivência da enchente de modo a representá-la, simultaneamente, como evento sobre o corpo e a casa, confundindo-os. A água que se elevou rapidamente dentro da casa, contou ela, ia destruindo os seus objetos e era uma força que, ao mesmo tempo, impedia o corpo de resgatá-los a contento. Entendi que o corpo dava a medida de como se perdia o domínio sobre o espaço de convívio da família e o sistema de objetos que a congregava. A narrativa de perda do controle sobre o espaço privado era medida, passo a passo, pelas demarcações que Dona S. fazia em seu corpo (Fotos 07 e 08). A referida chefe do lar associava o gestual à possibilidade de compreensão plena dessa interlocutora quanto ao ponto em que as coisas da família poderiam ter sido salvas ou estavam além de suas forças.



Fotos 7 e 8 Demarcações no corpo: quando a água estava ‘aqui’ [à esquerda], era possível salvar as coisas da casa; quando ficou ‘aqui’ [à direita], já não havia como fazê-lo (N. Valencio, 2011).

A deterioração das relações de vizinhança e o benefício do recebimento de vacina após o contato prolongado com as águas de enchente foram dois dos aspectos salientados por Dona S., no contraponto entre a moradia no bairro e o abrigo provisório, assim como a preocupação com a situação de isolamento em que se encontravam parentes no interior do estado:

(...) é a terceira vez [que sofre com as enchentes e a família se torna desabrigada], uma em 96 outra em 2006 e essa agora, em 2011. [Foi pior] em 96 e 2011. No meio de março, começou a encher e encheu mesmo em 5 de junho. Somos onze pessoas, eu o meu marido, meus sobrinhos e minha nora. [Quando começou a entrar água na casa] foi muito rápido, eu não ia nem pro abrigo. Da última vez, eu fiquei dentro de casa e ela foi secando. Quando foi essa vez, não deu nem pra tirar as coisas de dentro, a água já foi entrando e foi subindo, já fui pondo as coisas na rua. Mas, quando foi no outro dia, não teve jeito (...) As roupas, panela (...) Ainda por cima, quando voltei lá, me deu um aperto no peito, aquela vontade de chorar: quando estava tudo secando, foram lá e pegaram [os vizinhos] (...) é, agora vai ter que comprar tudo novo...telha, que roubaram. Vai ter que comprar fogão. Eu tinha dois guarda-roupas. [Em relação à perspectiva de retornar para a casa] provavelmente, lá pro mês de setembro. Acho que, agora, eles [os filhos] tão um pouco prote-

gidos, estão vacinados. Mas, antigamente [em outras situações de abrigo] tinha mais coisas [donativos que chegavam] de balde, tinha roupa, tinha panela e, até agora, a gente não teve nada. [A assistente social] cadastrou todo mundo, perguntou o que a gente perdeu. Até agora, não veio nada, só preencheu o papel. A minha mãe é do interior e não conseguiu também vir pra cá (...) dá uma dor também a gente ficar jogando coisa fora, dá uma pena...

Conduzindo-me ao interior do cubículo que a sua família ocupava no abrigo, Dona S. indicou a forma de divisão do espaço: na cama, dormiam quantos podiam; num degrau da arquibancada, ali junto aos eletrodomésticos resgatados da enchente, dormiam outros tantos. Como um sinal de vitória, nos mostrava os seus móveis que, embora bastante danificados, puderam ser salvos e trazidos para o abrigo e para o seu cubículo, como o armário de cozinha que permitia estocar os mantimentos da família (Foto 9).



Foto 9 Móvel resgatado da ‘luta’ contra as enchentes (N. Valencio, 2011).

Por um lado, esse resgate do mobiliário permitia reproduzir alguns aspectos da moradia, o que tornava suportável, para essa chefe do lar, o tempo de espera até as águas baixarem e poder voltar para a sua mora-

dia. De outro, era como se fosse um troféu: imprimia veracidade na imagem de luta travada contra as forças das águas – a qual, parcialmente, se via como vitoriosa – e, principalmente, uma luta contra a pobreza, que as enchentes, uma após a outra, aprofundavam. Estava convencida de que vencer periodicamente essa luta, sem escapar dela, era o máximo que poderia esperar para o futuro da família.

Os desalojados também foram muitos em Roraima, naquela ocasião, num conjunto de quase treze mil pessoas. Foram, na maioria, moradores de Caracarái-sede (7.623 pessoas ou 1.524 famílias), seguida da capital, Boa Vista (4.727 pessoas ou 946 famílias) (Quadro 03).

Quadro 3 Desalojados no Estado de Roraima (*status* de 21/6/2011).

Municípios	Número de famílias	Número de pessoas
Boa Vista	946	4.727
Rorainópolis	31	120
Normandia	12	85
Bonfim	13	46
Caracarái-sede	1.524	7.623
Iracema	85	120
Total Geral	2.611	12.721

Fonte: Corpo de Bombeiros Militar de Roraima.

Nos baixios da periferia urbana de Boa Vista, como nos bairros de São Vicente e de Francisco Caetano Filho, eletrodomésticos e móveis que as famílias adquiriram, esperando que tivesse um uso prolongado, ficaram inutilizados pela sujeira que as águas da enchente traziam para dentro da moradia. As pilhas de objetos descartados eram colocadas na frente das casas, sob as calçadas ou na rua, esperando providências de recolhimento do executivo municipal. A sucessão de empilhamentos constituía uma paisagem externa desoladora, mas também com desdobramentos subjetivos críticos: de um lado, expressava um ato que, certamente, causava sofrimento às famílias; de outro, indicava, na simultaneidade dos empilhamentos, uma indignação social, isto é, uma interlocução deteriorada com o meio político-institucional, que teria resultado em tantas perdas. Tratava-se de uma decomposição indesejável para todas as famílias que a haviam sofrido: tais objetos deveriam estar íntegros e manter a sua funcionalidade para a dinâmica do dia-a-dia no interior das moradias. O descarte dos objetos estragados no território público, em frente às casas,

tornava-se não apenas parte das práticas objetivas de limpeza no interior da moradia, mas também uma denúncia do sofrimento geral da comunidade por danos inesperados, que passariam a requerer esforços econômicos adicionais de seus membros para uma nova aquisição (dos que eram passíveis de reposição), pelo o que o ente público deveria pronunciar-se. O montante de descartes era um indício do montante de esforços que as famílias teriam que fazer para chegar àquele mesmo patamar que nem era, assim, o mais apreciável para as suas aspirações de vida. As marcas da enchente, nas paredes externas e interiores das moradias, denotavam terem requerido das famílias um esforço de limpeza à exaustão, para livrar o espaço da água, da lama, dos dejetos, dos riscos de doença e do mau cheiro impregnado em tudo (Foto 10 e 11).



Fotos 10 e 11 Das marcas na parede ao descarte involuntário dos objetos destruídos pela enchente (N. Valencio, 2011).

Uma moradora do bairro São Vicente, Dona C., e seu marido, Sr. R., comentam a situação em que ficou a sua moradia e, ainda assim, da necessidade de voltar.

Dona C. inicia:

[Moro aqui] com minha mãe e meus irmãos, desde criança. Aqui atrás é o córrego [que faz ligação com o rio Branco]. Em maio pra começo de junho que o rio começou a encher rápido. A época de chover mesmo é no final de maio. A gente saiu quando a água ficou aqui assim [apontando para a casa]. Foi de dia [mas, já na noite anterior, não dava para dormir]. Minha mãe não quis dormir mais não, porque ela ficou com medo de cobra, meu irmão achou uma cobra aqui. A gente tava tirando as coisas quando foi enchendo, quando meu irmão achou uma cobra. Aqui fica cheiro forte de esgoto e tem muito garrafa PET aí atrás...

E o Sr. R. complementa:

(...) a água chegou a entrar na casa...chegou a entrar, olha a marca que está lá. [Conseguimos tirar] fogão, colchão, roupa essas coisas. Teve coisa que teve que jogar fora roupa, guarda roupa...isso perdeu. Voltamos na semana passada [após dez dias] quando a água foi baixando. A gente só veio aqui pra lavar porque aqui está sem energia. Lá, na avenida, cortaram a energia porque estava dando choque no pessoal. Aí, cortaram a energia e não voltou mais, choque mesmo, porque começou a dar choque na água. [Sobre cadastro de assistências social] não, não veio ninguém. [Como fazer para recuperar isso que foi perdido] trabalhar né... Não tem outro jeito.

Moradias modestas, quando sob as águas contaminadas da enchente, levaram à dispersão os membros da família; desalojados, cada um para um canto. Aos poucos, com as águas mais contidas, voltavam a se reunir no espaço do domicílio, ainda que os dejetos represados ameaçassem constantemente a moradia, lembrando-lhes que a vulnerabilização ainda não tinha sido superada.

PARA CONCLUIR

Desabrigados e desalojados são grupos sociais que compõem o centro de um meio socioespacial ao qual é apropriado representar como sendo o foco principal de um desastre. Convém continuamente reiterar esse foco de análise para assentar adequadamente o esforço interpretativo acerca do significado que o conjunto de objetos componentes do cotidiano da vida privada, subitamente danificados ou destruídos, toma para as famílias afetadas e que dimensões de supressão evocam tanto para essas quanto para a sua comunidade de inserção. Isso inclui a moradia com traços da invasão das águas insalubres, de difícil disfarce.

O mesmo se pode dizer quanto aos procedimentos de descarte de tais objetos que, para além de um gesto automático, pode ser interpretado como uma manifestação coletiva de um desgaste na relação comunitária com o ente público.

Por fim, é importante atentar que os relatos e as práticas dos que traduzem a sua grave experiência de danificação – mesclando desalento, medo e indignação – não deve ser confundida nem diluída em meio ao olhar e práticas do gestor público, pois se trata de contrapontos na relação sociopolítica. Instituições públicas como as de defesa civil, o corpo de bombeiros, a de assistência social, a de obras viárias, saneamento e outras exer-

cem ações em meio a uma calamidade. As deficiências de sua atuação, quando as medidas de prevenção e preparação efetuadas junto ao meio social não correspondem aos níveis em que os fatores ameaçantes esperados se explicitam, contribuem decisivamente para que uma calamidade ocorra. Contudo, a calamidade que se concretiza diz respeito a um grupo social que não está apenas envolto, como tais órgãos, pela situação crítica: o *seu* drama é o núcleo do problema. Na multidimensionalidade do drama de viver o desastre, é de fundamental importância associar, o quanto possível, as danificações objetivas e subjetivas bem como as dimensões simbólicas. São esses nexos que denotam a intensidade da experiência de privação para aqueles que por ela passaram e a natureza política do problema.

Como as demais unidades da federação da região amazônica, o estado de Roraima tem sido atravessado pelas forças modernizantes que desorganizam e reorganizam o território rapidamente, de modo que os povos tradicionais são impelidos a ser acomodados nas bordas desse progresso predatório. E, mesmo ali, são cada vez mais acudados, submetidos aos desastres e às limitantes espacializações, onde os seus dramas se concentram para, dali a pouco, se dissipar na memória do meio político, quando o abrigo se desfaz ou as águas recuam.

O pequenino menino indígena veio em minha direção quando adentrei um abrigo provisório na capital. Trouxe-me, com ares de urgência, seu balão desinflado, para que eu o soprasse – já que suas inúmeras tentativas pareciam ter sido infrutíferas, tomando em conta o volume de saliva depositava no bico do balão ainda murcho – o que me fez sentir, por um momento, útil à felicidade imediata do menininho, reintegrado à roda das demais crianças que pulavam para tocar em seus coloridos balões de borracha, jogados ao léu. No momento seguinte, pairou sobre mim, e permaneceu, uma sensação de tristeza: pensei se acaso haveria uma ‘Boa Vista’, um horizonte promissor para esse grupo. O mesmo estava sendo forjado, pelo meio público, para continuamente ficar em posição de dependência, naturalizar a perda de suas raízes, depositar num estranho qualquer uma imerecida confiança, aspirando que lhe trouxesse uma alegria ínfima, um suprimento imediato. Fugaz e sem nenhum amanhã.

REFERÊNCIAS

- ARENDRT, H. (2010) *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. 10.a Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 7.a Ed.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- CUNHA, M.C. O futuro da questão indígena. *Estudos Avançados*, 8(20), 121-136, 1994.